



INFORMAÇÃO N.º 02/2017 - ACTIVIDADE MUNICIPAL e SITUAÇÃO FINANCEIRA

Nos termos do n.º 2, alínea c), do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal “apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação da Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (...)”.

Assim, damos cumprimento a este preceito legal, descrevendo, ainda que de forma sucinta, aquilo que de mais relevante se fez na Câmara Municipal de Alfândega da Fé, desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, e que abrange o período a 18 de fevereiro de 2017 a 25 de abril de 2017.

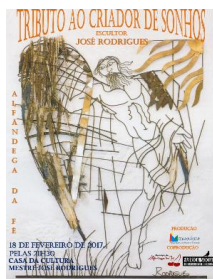
Cultura e Turismo

Exposição “Espaços Cénicos” | 18 de janeiro 2017



“A Exposição “Espaços Cénicos” esteve patente na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, em Alfândega da Fé, que decorreu no âmbito do programa de Homenagem ao Escultor José Rodrigues e serviu de antecipação da celebração do Mês do Teatro, com o Festival de Teatro, que decorreu em março.

Esta mostra, composta por 15 maquetes e 16 placares com textos informativos abriu ao público a 18 de janeiro e esteve aberta até 18 de Março.” Contou com 530 visitantes.



Homenagem “Tributo ao Criador de Sonhos, escultor José Rodrigues” | 18 de fevereiro

A Câmara Municipal de Alfândega da Fé promoveu a 18 de fevereiro, uma homenagem ao escultor José Rodrigues, desaparecido no passado mês de setembro.

“Tributo ao Criador de Sonhos, escultor José Rodrigues” é o nome do espetáculo, que subiu ao palco do Auditório da Casa da Cultura Mestre José Rodrigues. Produzido pela Ilha Mágica – projeto para a Infância e juventude- e coproduzido pelo município e Fundação José Rodrigues e Associação Ilha Mágica, um trabalho multidisciplinar onde a interação de diferentes artes (Poesia, Música, Canto, Teatro; Dança, Multimédia) se complementam para dar a unidade dramaturgica. É um trabalho cénico

que procura responder à necessidade de respeitar as várias dimensões do Artista/Homem.

Um “Tributo ao Criador de Sonhos”, à vida e à arte, uma forma de contribuir para a preservação da memória coletiva. O espetáculo contou com a presença de cerca de 180 espetadores.



Entrudo 2017 | 28 de fevereiro

A tradição já vem de longe, no dia de Carnaval os alfandeguenses saíram à rua, dia 7 de fevereiro, para assinalar a data num desfile em que sátira e crítica social estão sempre bem presentes. Organização do Sr. Fernando Dias, Comissão de Festas do Mártir S. Sebastião, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Alfândega da Fé; este teve ainda a participação do TAFÉ, LACSAF, ALFA 7, Grupo de Cantares de Alfândega da Fé; o grupo de bombos “US BAT N' PELLE” e Stª Casa da misericórdia.

Projeto 1-Escola de Guarda Redes | 3 e 4 de março



Alfândega da Fé acolheu, nos dias 3 e 4 de março, o Projeto 1-Escola de Guarda Redes. O projeto é da responsabilidade da Federação Portuguesa de Futebol e chegou à região fruto de uma parceria com a Associação de Futebol de Bragança e o apoio da Câmara Municipal de Alfândega da Fé. A Ação contou com a presença Vítor Baía, o rosto deste projeto, com o selecionador nacional de sub-15, Edgar Borges e com os técnicos da Federação Portuguesa Fernando Brassad e Pedro Espinha.

O Projeto 1 - Escola de Guarda Redes está a ser desenvolvido a nível nacional e assenta na necessidade de valorizar e qualificar a posição de guarda-redes.

A Associação de Futebol de Bragança foi a 14ª a receber a iniciativa, Alfândega da Fé a localidade selecionada, dando seguimento à política de descentralização de iniciativas defendida pela Associação de Futebol de Bragança. A este facto não foram também alheias as condições de excelência das infra-estruturas existentes no concelho para a realização deste tipo de ações. A formação decorreu na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues (parte teórica) e no Centro de Formação Desportiva (componente prática) e contou com cerca de 150 inscritos.

Festival de Teatro | 05, 12, 19 e 26 de março



A 4ª edição do Festival de Teatro de Alfândega da Fé, iniciativa que levou, durante os domingos do mês de março, o Teatro à Casa da Cultura Mestre José Rodrigues.

Ao Festival que faz da descentralização cultural, da promoção do teatro produzido no interior as suas bandeiras associou-se, este ano, José Luís Peixoto.

O escritor veio a Alfândega da Fé para a abertura deste Festival e esteve à conversa com os Alfandeguenses numa tertúlia entre livros e palavras, durante a qual não faltou uma abordagem a temáticas como a ruralidade, interioridade e despovoamento. Isto no dia em que subia ao palco "À Manhã", da autoria de José Luís Peixoto. A peça, que retrata a realidade de um interior despovoado e envelhecido, regressou à casa da Cultura passados 5 anos da sua estreia neste espaço cultural. Para

além da Filandorra- Teatro do Nordeste, passaram pelo festival de Teatro as companhias Fórum Boticas, T'Amaranto e Teatro Experimental Flaviense. À cena levaram as peças: Só Visto; A Birra do Morto e Bailado Russo, respetivamente. O Festival de Teatro contou com 424 espetadores.

Exposição Voltagem | 21 de Março



A exposição Voltagem nasce do projeto integrado no programa Arte Pública Fundação EDP, foi implementado no concelho de Alfândega da Fé e contou com a participação de artistas como Frederico Draw, Godmess, Hazul. Artistas em diálogo com a comunidade - é o mote do programa Arte Pública Fundação EDP que visou o envolvimento da população em novas experiências culturais através da realização de intervenções artísticas em espaço público.

"Um contacto com a arte, uma reflexão sobre a sua função na nossa sociedade, uma tentativa de conciliar arte e impacto social, uma mobilização artística que envolveu as comunidades rurais e promoveu a participação..." A exposição inaugurou no passado dia 21 de Março e estará patente até 2 de Maio. Até à presente data contou com cerca de 220 visitantes.



Instameet@Alfandega 7 a 9 de Abril

De 7 a 9 de abril Alfândega da Fé foi o local mais "instragramável" do país com a realização do primeiro INSTAMEET do concelho. Um evento que reuniu utilizadores da popular rede social Instagram, numa ação de divulgação e promoção do território que assume características inéditas na região e até no país. O INSTAMEET@ Alfandega da Fé foi o primeiro a ser realizado em mundo rural.

Este encontro permitiu documentar em imagens a relação entre o território- paisagens, pessoas e produtos endógenos e a arte pública contemporânea.

Os Instagramers foram guiados através de diferentes cenários naturais e ficaram a conhecer diversas artes e ofícios, dedicando um dia inteiro aos usos e costumes das aldeias do concelho do Nordeste Transmontano. O primeiro Instameet trouxe a Alfândega os 25 Instagramers mais cotados a nível nacional.



Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios | 18 de Abril

Tal como no ano anterior, comemorou-se o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, data que se assinala a 18 de abril. Num plano da cultura é primordial sensibilizar os cidadãos para a diversidade e vulnerabilidade do património, bem como para o esforço envolvido na sua proteção e valorização.

Em 2017, o Município de Alfândega da Fé colaborou com a Direção Geral da Cultura, associando-se à sua iniciativa que seria desenvolver atividades para destacar o Património Cultural e Turismo Sustentável com a realização de um passeio pedestre onde está incluída a observação de aves do nosso território, desenvolvido em articulação com técnicos especializados da Associação Palomar.

Esta atividade contou com cerca de 15 participantes.

Centro de Interpretação do Território

Levar o CIT a Todos | 9, 10, 16 e 17 de Fevereiro e 9 e 17 de Março

O projeto "Levar o CIT a todos", que consiste em dar a conhecer o Centro de Interpretação do Território de Sambade/ Alfândega da Fé a todos os frequentadores dos Lares e Centros de Dia do concelho de Alfândega da Fé. Desta forma conseguimos levar o CIT a cerca de 2010 pessoas que estão institucionalizadas e, que de outra forma lhe seria muito difícil nos visitarem.

Assim, entre o mês de Fevereiro e Março, estivemos em 7 lares, Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé, Lar dos Pastorinhos dos Cerejais, Centro Social Paroquial de Sambade, Lar de Vilarelhos, Lar de Vilar chão, Lar de Gebelim, Lar da Parada.

Este projecto conta com um filme que está a ser elaborada, pois foram realizadas filmagens em todos os lares, captando essencialmente as emoções e excreções nos rostos dos nossos idosos.



Exposição "Por detrás da máscara: Simbologias e Rituais" | 22 de Fevereiro

No dia 22 de Fevereiro foi inaugurada no CIT a exposição "Por detrás da máscara: Simbologias e Rituais" que estará disponível para visita até dia 23 de Abril. Esta é uma exposição da Academia Ibérica da Máscara que reúne várias máscaras do nordeste transmontano.

A iniciativa contou com uma pequena encenação do grupo de teatro TAFÉ, seguida de uma explicação detalhada das máscaras em exposição pelo Professor António Tiza. Por fim, todos puderam participar de um momento de reflexão sobre as festividades de inverno,



contando também com a participação do Professor Francisco José Lopes e da Dr^a Patrícia Cordeiro. De referir que já visitaram esta exposição ate ao dia 12 de Abril 245 pessoas.

Workshop de Pinturas Faciais com Produtos Naturais | 22 de Fevereiro

Decorreu durante uma semana direccionada para o Pré-Escolar do Agrupamento de Alfândega da Fé.

Participaram 93 crianças, onde perceberam a versatilidade que certos produtos podem ter, desta forma puderam conhecer melhor o seu território e alguns dos seus derivantes. A Associação LEQUE também se juntou a esta atividade e visitar a nova exposição "Por detrás da máscara: Simbologias e Rituais"

Workshop “ Como fazer pão em forno tradicional” | 13 de Abril

No nosso país, como em todo o Mediterrâneo, o pão constitui um alimento essencial. Conjuntamente com o vinho e o azeite integra a conhecida trilogia mediterrânica, considerada um dos pilares estruturantes da alimentação tradicional portuguesa.

O pão marca uma presença quotidiana na mesa, seja como complemento da refeição, seja como ingrediente (tantas vezes central) em diversos pratos.

Mas o pão é também um alimento espiritual. À sua relevância em termos nutricionais, corresponde um importante significado simbólico-religioso, que se manifesta quer na eucaristia, quer ao nível da cultura popular. Nesse sentido, o pão é venerado em diversas festividades, através de rituais que testemunham a sua forte dimensão de sacralidade. De entre elas, pelo papel que é conferido ao pão, a Páscoa assumem um carácter particular no contexto das festividades tradicionais portuguesas. Esta atividade contou com a participação cerca de 30 crianças.

31 de Março

O CIT Também se deslocou a Universidade Sénior da Liga dos Amigos de Alfândega da Fé onde puderam assistir a uma apresentação sobre o nosso espaço e conhecer a exposição patente "Por detrás da Máscara: Simbologias e Rituais" e ainda assistir a um vídeo sobre Os Caretos de Podence.

Visitas Guiadas | Março

Realizou-se 2 visitas aos pontos de interesse do concelho, nos dias 12 e 20 de março, que contaram com a participação de 74 pessoas.

Divisão Administrativa e Financeira (DAF):

-Através do SIIAL – Sistema de Informação Integrado das Autarquias Locais (Portal Autárquico), a autarquia no âmbito dos deveres de informação, através da Divisão Administrativa e Financeira prestou toda a informação à Direcção Geral das Autarquias Locais – DGAL;

-No âmbito das auditorias externas efetuadas pelo Revisor Oficial de Contas, a Divisão Administrativa e Financeira prestou apoio, esclarecimentos e facultou toda a informação necessária e solicitada pelo Revisor Oficial de Conta, para que este elaborasse e apresentasse o Relatório de Auditoria Externa referente ao 4º Trimestre de 2016- Prestação de Contas;

- No âmbito da Prestação de Contas, a Divisão Administrativa e Financeira, desenvolveu os trabalhos necessários para apresentação do Relatório de Gestão e Contas do ano de 2016, presente na RC realizada no dia 11 de Abril, para aprovação do órgão executivo e submetido para apreciação do órgão deliberativo na presente Sessão de Assembleia Municipal, nos termos da al. d) do n.º2 do art.º 34.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

- Ainda no âmbito da prestação de contas de 2016, foi efetuada a “Prestação de Contas por Via Eletrónica” ao Tribunal de Contas, conforme previsto na Lei nº 73/2013, de 3/9 e na Lei nº 75/2015, de 15/9, as quais devem ser prestadas nos termos da



Resolução nº4/2001-2ª S, alterada pela Resolução n.º6/2013-2ªS, e da Resolução n.º2/2014, de 27/11, nos termos do art. 51.º al. m) e 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º20/2015, de 9/3;

- No âmbito do reporte de Contas para a ERSAR, preparação e elaboração dos ficheiros relativos à prestação de contas (abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos urbanos) preconizada na al. B) do n.º 1 do art.º 13.º do Decreto- Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;

- No âmbito das competências cometidas à DGAL em matéria de acompanhamento da gestão financeira e patrimonial das autarquias locais, foram submetidos os diversos elementos solicitados e referentes a prestação de contas do município, bem como, documentos de prestação de contas relativos às entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do município nos termos do art. 54º da Lei nº 73/2013, de 3/9;

- Elaboração do relatório de monitorização e acompanhamento do PAM do Município, nos termos do artigo 29.º da lei nº 53/2014, de 25/8, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM, ao qual estamos vinculados desde 21 de março de 2016, após obtenção do visto tácito pelo Tribunal de Contas, referente ao 4.º Trimestre de 2016;

- Elaboração da Proposta do Relatório anual sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluído os de Corrupção e Infrações conexas, que decorre da Redação n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção que o Município de Alfândega da Fé deverá efetuar um relatório anual sobre a execução do Plano, o qual deve ser remetido ao CPC, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo. Assim, a Divisão Administrativa e Financeira, promoveu a recolha, junto de cada uma das unidades orgânicas responsáveis, dos relatórios de monitorização parciais de execução, e procedeu à elaboração do citado relatório anual, que será submetido a próxima reunião de Câmara, para aprovação, e posterior envio ao CPC e demais órgãos de superintendência, tutela e controlo;

No âmbito do Recursos Humanos foi efetuada a elaboração do Balanço Social e submetido a todas as entidades de acordo com a legislação em vigor. O Balanço Social, instrumento privilegiado de planeamento e de gestão dos Recursos Humanos dos serviços e organismos, incluído no respetivo ciclo anual de gestão, deve ser elaborado anualmente no primeiro trimestre, com referência a 31 de Dezembro do ano imediatamente anterior. Foi o Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro, que consagrou, como medida de modernização da Administração Pública, a obrigatoriedade de elaboração deste instrumento de planeamento estratégico para a generalidade dos serviços públicos. O artigo 7º, nº 1, alínea c), da Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro (Estatuto do Pessoal Dirigente), com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e artigos 8.º, n.º 1, alínea e), 31.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro (estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública) veio secundar aquele diploma;

-No âmbito das subvenções públicas de 2016, e nos termos da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicidade dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, a DAF efectuou o reporte de informação a IGF, através da inserção dos dados num formulário electrónico próprio e apresentação da respectiva documentação de suporte digitalizada, aprovados por despacho do órgão competente para a aprovação.

A IGF é a entidade responsável pela verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas na lei em referência, sendo que a actividade dos benefícios de subvenções está sujeita a fiscalização e controlo por parte dessa entidade;

- Apuramento do IVA dedutível, liquidado e a entregar ao Estado, preenchendo as respetivas declarações e envio mensal da declaração periódica de IVA cumprindo sempre com o prazo estabelecido até ao dia 10 de cada mês;

- Criação e comunicação à Autoridade Tributária do ficheiro soft-t(PT) até dia 25 de cada mês, gerado nas aplicações de Águas e POCAL referente às faturas emitidas no mês anterior;



- Envio mensal à Autoridade Tributária da Declaração Mensal de Remunerações. Esta declaração, destina-se a declarar a totalidade dos rendimentos do trabalho dependente (categoria A) auferidos por sujeitos passivos residentes no território nacional, sujeitos a imposto, incluindo os rendimentos dispensados de retenção na fonte, bem como os rendimentos isentos e ainda os excluídos nos termos do art. 2.º e 12.º do Código do IRS. Devem ainda ser declaradas as retenções na fonte de IRS e de sobretaxa, as deduções de contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde com identificação fiscal das entidades destinatárias das mesmas, bem como as deduções de quotizações sindicais;
- Envio da declaração anual Modelo 10 – Esta declaração destina-se a declarar os rendimentos sujeitos a imposto, isentos e não sujeitos, que não foram declarados na declaração mensal de remunerações (DMR), auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes no território nacional, bem como as respetivas retenções na fonte;
- Preenchimento e envio da declaração anual (IES – Informação Empresarial Simplificada) do município. A Informação Empresarial Simplificada (IES), é um meio das empresas, por via eletrónica no Portal das Finanças, entregarem o relatório de contas anual, para efeitos de registo contabilístico, fiscal e estatístico, numa única declaração. Os formulários para entrega da IES encontram-se disponíveis no Portal das Finanças;
- Preparação e preenchimento da informação sobre as participações Societárias e Não Societárias detidas pelo Município de Alfândega da Fé no sítio da internet: <http://www.igf.min-financas.pt/sipart/>;
- Nos termos do artigo 33.º da LOE de 2016- Recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou rutura, estão a decorrer todos os procedimentos burocráticos para os 12 procedimentos concursais (Internalização da EDEAF), aprovado por essa AM;
- Nos termos do artigo 33.º da LOE de 2016- Recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou rutura, está a decorrer todo o processo burocrático para o procedimento concursal para um Assistente Operacional / Telefonista, aprovado por essa AM.(concluído)
- A decorrer os procedimentos concursais comuns de recrutamento para três postos de trabalho na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dos quais 2 lugares ficaram desertos, continuando apenas o procedimento de 1 lugar para T.S. Jurista;
- Preparação do processo de recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou rutura Procedimento Concursal Comum para um posto de trabalho de Técnico Superior / SHT (Demonstração de requisitos, ao abrigo do artigo 48.º da LOE 2017);
- Preparação do processo de recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou rutura Procedimento Concursal Comum para um posto de trabalho de Técnico Superior / Turismo (Demonstração de requisitos, ao abrigo do artigo 48.º da LOE 2017);
- Foi ainda, efetuada a divulgação junto dos trabalhadores dos documentos internos e das normas e procedimentos adotados pelos Serviços;
- Assegurar todo o serviço de reprografia necessário ao bom funcionamento da Câmara Municipal, bem como, envio e tratamento de todo o expediente relacionado com as reuniões de Câmara e Assembleia Municipal e transcrição das respetivas atas;
- No âmbito do Índice de Transparência Municipal (ITM) mede o grau de transparência das Câmaras Municipais através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos nos seus web sites, a Divisão Administrativa e Financeira, recolheu e



disponibilizou toda a informação necessária e obrigatória, para manter o site do Município devidamente actualizado. Toda a informação é enviada à responsável pela actualização regular do site;

-No âmbito da contratação pública relativa à locação ou aquisição de bens móveis e à aquisição de serviços, tal como aprovado pelo Código dos Contratos Públicos, a Divisão Administrativa e Financeira prepara e acompanha o procedimento em todas as fases do processo, até a sua execução;

-Inscrição e Registo de imóveis diversos e participação nos registos de Finanças e Conservatória do Registo Predial e elaboração de escrituras de compra e venda e constituição do direito de superfície de imóveis;

-À monitorização dos indicadores dos processos da Qualidade da Divisão Administrativa e Financeira;

-Apoio direto através dos serviços informáticos às Juntas de Freguesia e Escolas do concelho;

- No âmbito do QSA foi efectuado o reportes e preparação da Auditoria Externa de Março de 2017, tendo em conta o alargamento do âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade para Sistema Integrado Qualidade Segurança e Ambiente (QSA);

- No âmbito do recrutamento vários colaboradores da DAF fazem parte do Júri de vários procedimentos concursais comuns para a constituição jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, a decorrer neste município.

Divisão de Obras (DO)

A Divisão de Obras, exerce funções nos domínios das obras públicas, empreitadas, manutenção e conservação de equipamentos, coordenação e fiscalização de trabalhos de construção civil, (quer por administração direta quer por empreitada, armazém), Higiene e Segurança no Trabalho, bem como na organização e de processos de concurso de obras públicas, informações e pareceres técnicos, incluindo a elaboração de cadernos de encargos, programas de concurso, abertura e análise de propostas e gestão técnica de procedimentos, bem como gestão da divisão.

Destaco ainda o acompanhamento e apoio técnico dos processos do Fundo Social de Apoio à Habitação.

Ao longo deste período foram cumpridas as competências exigidas e constantes na Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Alfândega da Fé.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Colaboração e sintonia entre Divisão de Obras e Divisão Administrativa e Financeira, na aquisição de bens e serviços relativos às obras por administração direta promovidas por este Município.

Acompanhamento das Obras por Administração Direta promovidas pela Autarquia e constantes no Plano de Atividades.

Apresentação de relatório semanal/quinzenal onde consta o trabalho desenvolvido por todos os colaboradores afetos à Divisão de Obras e afetação de pessoal externo às obras por administração direta. Elaboração de informações; elaboração de fichas de controlo de qualidade da obra; controlo dos materiais e preenchimento de férias faltas e licenças dos funcionários.

- Limpeza de bermas e valetas, bem como manutenção de caminhos agrícolas em diversas freguesias no concelho; (em curso)
- Calçamento de ruas na sede do concelho e em várias freguesias;
- Reabilitação de Jardins Municipais (manutenção);
- Limpeza urbana (manutenção);
- Reparações pontuais em betuminoso na sede do concelho e em várias freguesias;
- Reparações em diversos Edifícios Públicos (manutenção);
- Orçamento Participativo Sénior na Freguesia de Cabreira; (em curso)



A DIVISÃO DE OBRAS REÚNE PERIODICAMENTE, COM ELABORAÇÃO DE ATAS, BEM COMO O REPORTE DOS CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

FSAH (Fundo Social de Apoio à Habitação)

Colaboração e sintonia entre Divisão de Obras e Divisão de Desenvolvimento Económico Social e Cultural, no acompanhamento e apoio técnico dos processos envolvendo a elaboração de: relatório técnico; orçamentação, acompanhamento da execução da obra e medição dos trabalhos executados nas habitações dos munícipes, tendo sido feitas as intervenções achadas tecnicamente necessárias e adequadas, estando ainda alguns processos em análise.

PROTOCOLOS/CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS

- Contrato interadministrativo com a junta de freguesia de Sambade para requalificação do cemitério da freguesia de Covelas – Sambade - em curso
- Contrato interadministrativo com a junta de freguesia de Sambade para "execução a revestimento a pedra de xisto do muro da entrada sul de Sambade - E.N 315"- em curso
- Contrato interadministrativo com a união de freguesias Agrobom, Valpereiro e Saldonha para "reabilitação da antiga escola primária de Agrobom" – em curso

OBRAS POR EMPREITADA:

Na gestão dos empreendimentos a seguir enumerados foram seguidos pela Divisão de Obras os procedimentos constantes na legislação em vigor, do Código dos Contratos Públicos, D.L nº 18 de 2008 de 29 de Janeiro.

CONCURSOS PÚBLICOS:

- Reabilitação do espaço público – centro - fase 1 – em curso

Ajustes diretos:

- Apoio técnico à União de freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro – Melhoria da Qualidade Paisagística do Espaço Urbano da Saldonha – aguarda abertura de propostas.
- Apoio técnico à União de freguesias de Pombal e Vales – Melhoria da Qualidade Paisagística do Espaço Urbano do Pombal – audiência prévia.
- Apoio técnico à União de Freguesia da Eucísia, Gouveia e Valverde – pavimentação E.M 611 até Gouveia. – concluída.
- Pavimentação em diversas freguesias no concelho - Alfândega da Fé, Sambade, Gebelim, Picões, Valpereiro, Vilarchão e Vilarelhos - receção dos documentos de habilitação, aprovação da minuta do contrato e solicitação de apoio técnico para a fiscalização da obra.
- Apoio técnico à União de Freguesias de Gebelim e Soeima – Melhoria da Qualidade Paisagística do Espaço Urbano de Gebelim – em fase de projeto

RECEÇÕES DEFINITIVAS

Receções definitivas de diversas empreitadas ao abrigo do DL 59/99 de 02 de março, CCP e 190/2012 de 22 de Agosto: elaboração de informações, convocatória para vistorias e documentação adicional de suporte.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA/ASSUNTOS COM EDP COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO

Elaboração de novos contratos com a EDP, passagem de contratos provisórios de obra para definitivos, diversas solicitações à EDP para ampliação da rede pública, comunicação de avarias na iluminação pública, recolha e comunicação de leituras, vários contactos telefónicos com EDP Distribuição e Comercial e para o nosso Gestor na EDP Comercial para resolução de alguns problemas detetados, vários emails trocados com EDP Distribuição e Comercial e para o nosso Gestor na EDP Comercial para resolução de alguns problemas detetados, apoio à DAF (contabilidade) no contacto e envio emails para o nosso Gestor na



EDP Comercial. Pedidos de vistoria para a CERTIEL para certificação de diversos locais para posterior pedido à EDP Comercial da passagem de contratos provisórios de obra para definitivos.

SETOR DE PROJETOS E APOIO TÉCNICO

- Apoio técnico, na disponibilização da documentação, às candidaturas em curso, referentes a empreitadas.
- Apoio Técnico para elaboração de placas comemorativas dos 40 anos do Poder Local.
- Apoio Técnico, conjuntamente com a Casa da Cultura, para elaboração de cartaz e desdobráveis para o Congresso Diocesano Mariano a realizar de 16 a 18 junho de 2017 na Casa da Cultura.

• Elaboração dos seguintes projetos de arquitetura:

- Obras de Ampliação do Edifício da Junta de Parada – construção de instalações sanitárias públicas;
- Melhoria da Qualidade Paisagística do Espaço Urbano do Pombal;
- Melhoria da Qualidade Paisagística do Espaço Urbano da Saldonha;
- Melhoria da Qualidade Paisagística do Espaço Urbano de Gebelim;
- Serviços de Topografia : levantamentos topográficos, piquetagens, levantamento de infraestruturas viárias e outras, cadastro predial; monitorizações de muros, apoio a diversas candidaturas, etc...

QUALIDADE SEGURANÇA E AMBIENTE

Reportes e preparação da Auditoria Externa de Março de 2017, tendo em conta o alargamento do âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade para Sistema Integrado Qualidade Segurança e Ambiente (QSA). Está em curso a elaboração e revisão de novos processos, procedimentos, Impressos e Instruções de Trabalho, segundo as normas ISO 9001: 2015 (Qualidade), OHSAS 18001:2007 (Segurança) e ISO 14001:2012 (Ambiente).

PROCEDIMENTO CONCURSAL

Presidente do Júri do Procedimento Concursal comum para a constituição jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, de um Técnico Superior/Segurança e Higiene no Trabalho.

Divisão de Desenvolvimento, Económico, Social e Cultural (DDESC):

Rastreio de Cancro Oral

No dia 8 de abril a Delegação de Bragança da Liga Portuguesa Contra o Cancro em parceria com a Unidade Móvel de Estomatologia e Medicina Dentária da Liga Portuguesa Contra o Cancro e a Associação Portuguesa de Medicina Dentária Hospitalar, promoveu um rastreio do cancro oral em Alfândega da Fé.

O objetivo foi detetar ou despistar situações de cancro nas estruturas orais (lábios, língua, gengivas, palato, bochechas, pavimento da boca, etc.) bem como das estruturas anexas à cavidade oral (ex.: glândulas salivares, pescoço), promovendo assim um diagnóstico precoce das situações de cancro da cavidade oral.

O cancro oral está associado a índices de mortalidade elevados, que se deve em grande parte ao seu diagnóstico tardio, sendo o 6º tipo de cancro mais comum em todo o mundo. A chave para o seu tratamento é um diagnóstico atempado.

Esta iniciativa contou com o apoio do município de Alfândega da Fé, ULS Nordeste e Liga dos Amigos do Centro de saúde de Alfândega da Fé.



Orçamento Participativo Portugal

Alfândega da Fé recebeu, a 24 de março, o **Encontro Participativo de Portugal**. A sessão, que decorreu na Biblioteca Municipal, visou recolher propostas para o Orçamento Participativo de Portugal-OPP. Um encontro aberto a todos que pretendam apresentar ideias e projetos de âmbito nacional ou regional para áreas como a ciência, cultura, formação de adultos e agricultura. Recorde-se que os encontros participativos estão a ser desenvolvidos no território nacional no âmbito do Orçamento Participativo de Portugal implementado pelo governo. A ideia passa por promover a participação dos cidadãos na vida do país. O Orçamento Participativo Portugal é um processo democrático, direto e universal, através do qual as pessoas decidem sobre investimentos públicos em diferentes áreas de governação. Através do OPP as pessoas podem decidir como investir 3 milhões de euros. A apresentação de propostas decorre entre janeiro e abril e a votação decorre entre junho e setembro. Podem participar no OPP todos os cidadãos nacionais com idade igual ou superior a 18 anos, apresentando propostas e votando nos projetos da sua preferência.

Projeto FAMI

A Associação de Municípios da Terra quente Transmontana em colaboração com a empresa de formação Forminho, elaborou uma candidatura para um projecto ao abrigo do fundo para o asilo, a imigração e a Integração (FAMI).

Este Fundo contribui para os seguintes objetivos específicos comuns:

- Reforçar e desenvolver todos os aspetos do Sistema Comum Europeu de Asilo, incluindo a sua dimensão externa;
 - Apoiar a migração legal para os Estados-Membros, em conformidade com as respetivas necessidades económicas e sociais, tais como as necessidades do mercado de trabalho, salvaguardando simultaneamente a integridade dos sistemas de imigração dos Estados-Membros, e promover a integração efetiva dos nacionais de países terceiros;
 - Promover estratégias de regresso equitativas e eficazes nos Estados-Membros, que contribuam para a luta contra a imigração ilegal, com ênfase na sustentabilidade dos regressos e na readmissão efetiva nos países de origem e de trânsito;
 - Aumentar a solidariedade e a partilha de responsabilidades entre os Estados-Membros, em especial a favor dos mais afetados pelos fluxos migratórios e pelos fluxos de requerentes de asilo, inclusive através de cooperação prática;
- Este projecto tem como finalidade a formação de língua portuguesa à comunidade de imigrantes residentes no concelho de Alfândega da Fé. Irão ser ministradas acções de iniciação ao português e acções alfabetização.

DIVISÃO de URBANISMO e AMBIENTE (DUA):

SOTU (Setor de Ordenamento do Território e Urbanismo) + GTF (Gab. Técnico Florestal):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + António Constâncio (**antonioc**) + Filipa Pimenta Guerra (**filipa**) + Fernando Antunes (prestação de serviços contratada)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

> PLANEAMENTO (levantamentos / bases de dados / SIG / etc.)

> **3.ª Alteração do PDM de Alfândega da Fé** (relatório técnico) — em curso

> **Zona de Lazer da Estevaíinha** (produção cartográfica para pedidos de pareceres / júri do concurso) — em curso

> GTF: “Plano Operacional Municipal de DFCl (POM - 2017)” — em curso

> GTF: Apoio ao GIPS - “Cadastro e Fiscalização das Faixas de Gestão de Combustível” — em curso

> “**Rede de Rega da ADRAF**” (apoio cartográfico / SIG prioritário, definido pelo Sr. Vice-Presidente) — em curso

> “**Rede de Rega da CambaF**” (apoio cartográfico / SIG prioritário, definido pelo Sr. Vice-Presidente) — em curso

> SIG: “**Cartas Temáticas**” (solicitações da DUA e da Casa da Cultura)



- > Ações no TERRITÓRIO / FLORESTAS (implementação de ações no terreno / monitorização / fiscalização / etc.)
 - > GTF: Acompanhamento da implementação do “Plano de Controlo de Operações Municipais de DFCI”
- > DESENHO URBANO e REABILITAÇÃO URBANA:
 - > “ORU da Zona História de AF” — em fase de conclusão
 - > Projeto “Cidades e Vilas de Excelência” — suspenso
 - > Sinalética informativa e turística para AF (definição estratégia / conceção / cartografia) — suspenso

SA (Setor de Ambiente) + GTF:

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Carina Teixeira (**carinat**) + Equipa de Ambiente (Margarida Fonseca, Ana Araújo, Virgínia Rodrigues) + Filipa Pimenta Guerra (**filipa**)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > PLANEAMENTO (levantamentos / bases de dados / etc.)
 - > **Implementação do “Sistema de Gestão Ambiental”, nos termos da Norma ISO 14001:2012 — AUDITORIA EXTERNA da SGS, com confirmação do alargamento do âmbito para a componente operacional do Serviço de Águas e Saneamento.**

Desempenho Ambiental da Organização:

Ao contrário do ocorrido no ano anterior, em que o âmbito da SGA era apenas a “Educação Ambiental” — sendo este um fator importante que se dirige mais em específico para o público alargado e para influenciar positivamente os munícipes e entidades para as boas práticas ambientais — este ano (desde a auditoria externa de julho 2016) o Setor de Ambiente redirecionou a atenção e programou as atividades para a melhoria da organização interna, trabalhando as temáticas associadas ao desempenho ambiental da organização, ou seja, os fatores internos dos serviços municipais que influenciam o ambiente e traduzem o compromisso destes mesmos serviços com o ambiente. É aqui que se posiciona a presente certificação dos serviços municipais nos termos da Norma ISO 14001.

Neste âmbito foram definidos 7 indicadores de monitorização, nos seguintes domínios: energia elétrica / combustíveis veículos / combustíveis aquecimento / resíduos / impressões / papel / água. Os resultados destes indicadores são reportados no “Relatório Mensal de Gestão Ambiental”, incluindo também a descrição das principais ações efetuadas e a identificação das medidas a implementar para melhorar os resultados e, conseqüentemente, melhorar o desempenho ambiental da organização.



Na tabela abaixo sintetizam-se os resultados dos indicadores ambientais dos serviços municipais e do desempenho ambiental da organização.

	Gasóleo Consumido (L)		Gasolina Consumida (L)		Gasolina Consumida veículos híbridos (L)		Elettricidade edifícios âmbito (KW)		Papel (reemas)		Água		CO2 TOTAL	€	Árvores a plantar	Árvores plantadas
	Quant.	CO2	Quant.	CO2	Quant.	CO2	Quant.	CO2	Quant.	CO2	Quant.	CO2				
2015	42308,09	111,27	4340,78	10,00	1124,4	2,59	329429	164,7	269	0,268	0	0	288,84	35.526,96	1733	400
janeiro	3404,78	8,94	192,51	0,44	478,85	1,1	35956	18	250	0,249	0	0	28,72	3.531,96	172	
fevereiro	2933,86	7,7	231,57	0,53	361,09	0,83	30957	15,5	0	0	0	0	24,55	3.019,43	147	
março	3977,07	10,44	232,09	0,53	480,18	1,11	52100	26,1	0	0	0	0	38,13	4.690,06	229	
abril	3628,51	9,53	245,92	0,57	406,97	0,94	26925	13,5	0	0	0	0	24,49	3.012,33	147	
Total (1º Quadrimestre)	9971,13	36,61	915,92	2,07	1727,09	3,98	145938	73,1	250	0,249	0	0	115,88	14.253,78	695	
maio	3962,32	10,4	223,12	0,51	566,05	1,3	21697	10,9	0	0	0	0	23,07	2.837,35	138	
junho	328	8,62	336,02	0,77	450,21	1,04	12934	6,5	0	0	0	0	16,90	2.078,58	101	
julho	3,27										0	0	19,93	2.451,33	120	
agosto	3027,36	7,95	184,74	0,43	331,88	0,76	21581	10,8	0	0	0	0	14,07	1.730,17	84	
Total (2º Quadrimestre)	2597,7	6,82	133,27	0,31	319,89	0,74	12405	6,2	0	0	0	0	73,96	9.097,43	444	
setembro	12870,65	33,79	877,15	2,02	1668,03	3,84	68617	34,3	0	0	0	0	20,48	2.518,67	123	
outubro	3688,82	9,69	186,02	0,43	448,59	1,03	18153	9,1	255	0,254	0	0	10,68	1.313,58	64	
novembro	3567,97	9,37	269,52	0,62	299,88	0,69	22752	11,38	0	0	0	0	0,00	0,00	0	50
dezembro	2965,91	7,78	286,02	0,75	562,83	1,53	34546	10,03	0	0	0	0	0,00	0,00	0	
Total (3º Quadrimestre)	2435,26	6,39	129,46	0,34	405,41	1,06	26106	7,57	0	0	0	0	31,16	3.832,25	187	50
TOTAL Ano 2016	35499,74	103,63	2664,09	6,23	5111,83	12,13	316112	145,48	505	0,503	0	0	220,75	27.183,47	1325	50

Os resultados totais são convertidos em CO₂ e ao seu equivalente em €, de forma a determinar a pegada ecológica da organização — que no ano 2016 é de 220,75 toneladas de CO₂ (em 2015 foi 288,84 ton), correspondendo no ano 2016 a 27.183€ (em 2015 foi 35.527€). Verifica-se, pois, uma melhoria do desempenho ambiental da organização.

Relativamente ao balanço do desempenho ambiental da organização, o Setor de Ambiente pretende que seja colmatada a diferença entre as árvores plantadas e as árvores a plantar, como medida de compensação ambiental face ao carbono consumido — visando que a pegada ecológica traduza o “Carbon Neutral” — em articulação com os compromissos da 21.ª Cimeira do Clima (combate às alterações climáticas), Paris 2015. Aqui verifica-se um deficit, pois se no ano 2015 foram plantadas 400 árvores, no ano 2016 apenas foram plantadas 50, quando seria necessário plantar 1.325 árvores. Assim, para além das várias medidas a formular e implementar no sentido de diminuir consumos e minimizar a significância dos impactes ambientais que envolvem os serviços municipais, a Equipa de Ambiente tem como principal proposta a criação de uma estufa municipal onde se possam plantar/semear árvores para podermos compensar estes valores (assumindo em primeiro lugar os terrenos municipais, e numa fase posterior terrenos particulares desde que devidamente enquadrado). Igualmente, a Sr.ª Presidente propôs fomentar a parceria com a Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé (parte interessada externa), a trabalhar a partir de abril de 2017, no sentido das dinâmicas associadas à plantação de árvores da Cooperativa poderem ser associadas à política municipal do “Carbon Neutral”.

Merece destaque todo o trabalho desenvolvido, e ainda em curso, para alargamento do âmbito aos serviços operacionais (no terreno), nomeadamente o Serviços de Águas e Saneamento (SAS) da DUA. As atividades que envolvam o SAS são bastantes e com alguma complexidade, compreendendo a maioria do “Plano de Ação do QSA-Ambiente para a Auditoria Externa de 2017” — documento orientador que integra 30 ações, agrupadas em 4 temáticas: “gestão do sistema ambiental”; “SAS - assuntos administrativos”; “SAS - intervenções operacionais”; “SAS - estaleiro” — implementado muito ativamente pelos membros do Setor de Ambiente e do Setor de Águas e Saneamento.

Se nesta fase estamos focados no âmbito interno (nos serviços municipais), numa próxima fase, quando todos os serviços municipais tenham atingido a certificação ambiental e garantam a estabilidade das práticas, poder-se-á evoluir para uma certificação mais alargada, de âmbito concelhio, que envolva os comportamentos dos munícipes e tendo uma expressão



territorial. Neste momento, a parte II do mesmo “Relatório Mensal de Gestão Ambiental” já inclui 5 indicadores ambientais de âmbito concelhio, com resultados e propostas de melhoria (ainda que não dependam exclusivamente da intervenção dos serviços municipais), sem metas mas assumindo um caráter informativo e de apoio à decisão.

A sr.ª Presidente da Câmara tem fomentado a participação do município em diversos projetos ou dinâmicas relacionadas com o ambiente, com a sustentabilidade e com a biodiversidade, a maioria das quais associadas ao âmbito concelhio: “Meseta Ibérica - Reserva da Biosfera da Unesco”; “Mayor’s Adapt” (âmbito das alterações climáticas); “ECO.XXI”; Netefficacy; contratação de consultoria direcionada para o “Carbon Neutral, economia circular e eco-design”; candidatura CIM para eficiência energética (iluminação pública LED nas localidades do concelho); etc.. No âmbito interno destacam-se as ações da sr.ª Presidente da Câmara na aquisição de viaturas híbridas (no ano 2015) e na intenção (agora preterida no âmbito da candidatura CIM para eficiência energética) de melhorar a eficiência energética nos edifícios municipais.

Este balanço ambiental da organização traduz, inegavelmente, aspetos ambientais muito positivos!

> Candidatura “ECOXXI - 2017” — em curso

> “Plano Municipal de Educação Ambiental” — em implementação

> SENSIBILIZAÇÃO Ambiental no concelho:

> Sessões de indução aos colaboradores municipais “NP EN ISO 14001 - aspetos ambientais”

> Visita à UTMB – com Agrupamento de Escolas de AF – Eco escolas (14/03/2017)

> Colaboração na comemoração no Dia Mundial da Árvore e da Floresta – Plantação de árvores e realização de jogos tradicionais alusivos ao tema (21/03/2017)

> Realização de palestra “Boas práticas na Floresta” – Agrupamento de Escolas de AF – Eco escolas

> Comemoração do Dia Mundial da Água – Sessão de indução e distribuição de folhetos (22/03/2017)

> Adesão ao programa mundial “Hora do Planeta 2017” (25/03/2017)

> Visita à Barragem do Baixo Sabor – Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé

> Ações no TERRITÓRIO / AMBIENTE (monitorização / fiscalização / regularizações / etc.):

> **Reformulação profunda do Estaleiro Municipal** (junto ao cemitério municipal), no âmbito da NP EN ISO 14001

> **“Relatório de Monitorização Mensal – Gestão Ambiental”** — em curso

> **“Resíduos Sólidos Urbanos”** (coordenação e fiscalização) — em curso

SGU (Setor de Gestão Urbanística):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Eusébio Cordeiro (**eusebioc**) + Cátia Escalreira (**catia**) + Mário Oliveira (prestação de serviços contratada)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

> Implementação da **“Ficha de Controlo de Prazos do RJUE”** — em permanência

> Implementação do **“Arquivo Digital Único do RJUE”** — em permanência

> Implementação do Procedimento da Qualidade **“Gestão de Processos no âmbito do RJUE”** — em permanência

> **Balcão do Empreendedor (BdE)**: Frontoffice (atendimento mediado) do SIR e RJACSR + backoffice do SIR e RJACSR

> **Atualização de impressos** (fichas de instrução) — em curso

> **“Plano de Ação para a Desmaterialização do Serviço de Urbanismo (2016)”** — suspenso

> **“Serviços on-line do Urbanismo”** — **serviço disponibilizado no site do município (1.º serviço municipal que permite a entrega de pedido on-line)**

> Preparação do Relatório-Base para **“Monitorização Periódica do Serviço de Urbanismo”** — suspenso



SFM (Setor de Fiscalização Municipal):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Virgílio Jacinto (virgilio) + Telmo Herdeiro (**telmo**) + Bruno Pousada (**brunop**) + Simone Marques (estágio)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > Fiscalização regular do Concelho (2 zonas de fiscalização): norte/poente (brunop) e sul/nascente (telmo)
- > “Plano de Ação do Serviço de Fiscalização Urbanística (2016)” — em implementação
- > “Planeamento Mensal do Serviço de Fiscalização Urbanística” — em curso
- > Reporte periódico (mensal) dos Relatórios de Atividades da Fiscalização — em curso
- > Reporte do “Relatório de Monitorização Mensal do Serviço de Fiscalização Urbanística” — em curso

> Indicador: “Taxa de Execução do Plano de Ação da Fiscalização Urbanística”

> Medição do grau de realização das ações identificadas no Plano de Ação da Fiscalização Urbanística, elaborado e a implementar no ano 2017. O Plano compreende 7 temas, desagregados em 28 ações, cada uma delas identificando os respetivos responsáveis pela implementação / dinamização. O grau de execução é traduzido pelo somatório das pontuações atingidas pelas diferentes ações, face à cotação definida inicialmente para cada ação, comparativamente com a cotação total do plano (de 100%). Este Plano foi elaborado em 09/03/2016 e revisto em 31/01/2017 — com pequenas adaptações para vigorar no ano 2017.

Plano de Ação do Serviço de Fiscalização Urbanística — 2017			
TEMAS	AÇÕES	Grau de Execução	RESPONSÁVEIS (login)
1- Gestão de RECURSOS HUMANOS (cotação - 12)	1.1- Assumir uma coordenação ativa e uma liderança diretiva do Serviço de Fiscalização Urbanística, pelo Chefe da DUA. (3)	2,0	ruig
	1.2- Acionar vários meios conducentes à contratação da colaboradora Simone (licenciada em geografia-urbanismo) para o Setor de Fiscalização, para o exercício de tarefas organizativas e administrativas . (2)	1,0	ruig: executivo, simone
	1.3- Acionar os meios conducentes à integração do trabalhador Bruno na carreira de Fiscal Municipal , valorizando a sua situação. (1)	0,5	ruig: executivo, brunop: DAF-SRH
	1.4- Verificar a possibilidade de valorização profissional na carreira do trabalhador Telmo . (1)	0,5	ruig: executivo, telmo: DAF-SRH
	1.5- Implementar o “ zonamento do concelho ” e o “ zonamento da Vila- AF ”, clarificando as responsabilidades e o conteúdo funcional de cada fiscal municipal e garantindo uma presença mais regular no terreno / contacto com municípios. (2)	1,0	ruig, telmo, bruno, virgílio, mário
	1.6- Promover ações de formação interna (lecionadas pelo Chefe da DUA) e/ou formação externa , nos seguintes domínios: fiscalização urbanística, RJUE, PDM, RUEMAF, RJACSR, SIR. (3)	0,5	ruig
TOTAL (Tema 1):		5,5	
2- Gestão de RECURSOS MATERIAIS (cotação - 2)	2.1- Manter a viatura 65-QJ-32 sob gestão direta da DUA, para servir prioritariamente o Serviço de Fiscalização : planeamento da utilização / reportar constrangimentos. (1)	1,0	simone, ruig, telmo, bruno, virgílio
	2.2- Solicitar ao Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho : EPI's e condições de HST exigíveis para as atividades de fiscalização (fiscais / técnicos / Chefe DUA). (1)	0,5	ruig, telmo, bruno, virgílio marisa (HST)
TOTAL (Tema 2):		1,5	
3- ORGANIZAÇÃO do SERVIÇO (cotação - 44)	3.1- Atendimento aos municípios para entrada de pedidos no âmbito da Fiscalização Urbanística (“CIT”s, Certidões, Declarações, etc.), registo, taxas, esclarecimento de dúvidas; e Apoio Administrativo e Técnico (expediente, informática, otimização do arquivo digital partilhado do SFM, verificações no PDM). (6)	5,0	simone
	3.2- PLANEAR – Planeamento Mensal das atividades de fiscalização, dos roteiros do Serviço Externo, da utilização da viatura e dos contactos com os municípios. (a cotação máxima corresponde a ≥11 reportes anuais) (6)	5,0	simone, ruig
	3.3- REALIZAR – 4 frentes de Fiscalização Urbanística, através de Serviço Externo (deslocações planeadas ou urgentes, com viatura ou a pé / acompanhamento pontual de arquiteto / Chefe da DUA). (4)	3,0	telmo, bruno, virgílio, ruig, mário



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

Plano de Ação do Serviço de Fiscalização Urbanística — 2017			
TEMAS	AÇÕES	Grau de Execução	RESPONSÁVEIS (login)
	3.4- MONITORIZAR – Atualização e gestão semanal das Fichas de Controlo (excel) das 4 frentes de Fiscalização Urbanística, registando os resultados. (4)	2,0	simone, telmo, bruno, mário
	3.5- REPORTAR – Envio ao Executivo Municipal, via e-mail, dos “Relatórios de Atividades” dos fiscais municipais (mensalmente); assim como o reporte regular da evolução dos assuntos até à sua resolução. (a cotação máxima corresponde a ≥ 30 reportes anuais) (8)	4,0	telmo, bruno, virgílio (simone)
	3.6- REPORTAR – Envio ao Executivo Municipal, via e-mail (quotidianamente), das “Ocorrências” – situações irregulares , para efeitos de decisão superior. (a cotação máxima corresponde a ≥ 11 reportes anuais) (4)	0,0	telmo, bruno, virgílio (simone)
	3.7- REPORTAR – Envio ao Executivo Municipal, via e-mail, do “Relatório de Monitorização (mensal)” que integra os resultados do Serviço de Fiscalização Urbanística. (a cotação máxima corresponde a ≥ 11 reportes anuais) (4)	4,0	ruig, simone
	3.8- COORDENAR – Realização de Reuniões semanais ou quinzenais para alinhamento do serviço, formação, definição de prioridades e tomadas de decisão — podendo ser registados os aspetos relevantes e prazos através de e-mail. (a cotação máxima corresponde a ≥ 15 reuniões anuais) (4)	2,5	ruig + (telmo, bruno, virgílio, simone, mário)
	3.9- DIVULGAR - Ações de esclarecimento/sensibilização/panfletos aos munícipes, presidentes de junta, agentes da construção e através do site. (temas: RJUE, RUEMAF, RI's, zonas de proteção, SIR, RJACSR, etc.) (4)	0,5	ruig + (telmo, bruno, virgílio, simone, mário)
TOTAL (Tema 3):		26,0	
4- “Registos de Isenção” (cotação - 10)	4.1- Otimizar a operacionalização dos “Registos de Isenção”, através da implementação (e revisão, se necessário) do PROC e IMP's respetivos no âmbito do QSA. (2)	1,5	ruig + (telmo, bruno, virgílio, simone, mário)
	4.2- Indicador: “Taxa de Registos de Isenção concluídos (obras e OEP's)” — visando diminuir o número de obras inacabadas e fechar o máximo de RI's dos anos anteriores. (a cotação máxima corresponde a $\geq 50\%$ de RI's concluídos) (6)	4,0	simone + (telmo, bruno, virgílio, mário)
	4.3- Rever o âmbito/abrangência dos RI's no Regulamento Municipal (retirar habitações, zonas de proteção, aferição das vedações das obras e condições de segurança, etc.). (2)	0,5	ruig
TOTAL (Tema 4):		6,0	
5- “Fiscalização de Obras com Controlo Prévio” (cotação - 8)	5.1- Otimizar o funcionamento da “Fiscalização de Obras com Controlo Prévio”, através da implementação (e revisão, se necessário) do PROC e IMP's respetivos no âmbito do QSA. (2)	0,5	ruig + (telmo, bruno, virgílio, simone, mário)
	5.2- Indicador: “Quantidade de Ações de Fiscalização (por tipo)” — visando assegurar a regularidade das inspeções à obra (nos termos do RJUE). (a cotação máxima corresponde a ≥ 40 inspeções) (4)	3,0	simone + (telmo, bruno, virgílio, mário)
	5.3- (Sugestões - AE de 2016 e AI de 2016): no PROC deve estar definido que as inspeções de obra têm que ser mais regulares (e também pontualmente com a verificação/formação do Chefe da DUA), e na Tabela deve passar a constar indicação para inspeção seguinte, quando há aspetos mais sensíveis em causa (REN, património, etc.). (2)	1,0	ruig + (simone)
TOTAL (Tema 5):		4,5	
6- “Fiscalização das Atividades Económicas” (cotação - 16)	6.1- Otimizar o funcionamento da “Fiscalização das Atividades Económicas”, através da implementação (e revisão, se necessário) do PROC e IMP's respetivos no âmbito do QSA. (2)	0,5	ruig + (telmo, bruno, virgílio, simone, mário)
	6.2- Indicador: “Quantidade de Ações de Fiscalização (por tipo)” — visando assegurar a regularidade das inspeções às atividades económicas (nos termos do RJACSR e do SIR). (a cotação máxima corresponde a ≥ 15 insp. RJACSR e ≥ 15 insp. SIR) (4)	3,0	simone + (telmo, bruno, virgílio, mário)
	6.3- Concluir e manter atualizado o levantamento de todas as atividades económicas no território concelhio, constituindo uma base de dados em Sistema de Informação Geográfica. (10)	0,5	virgílio, constâncio, simone, ruig
TOTAL (Tema 6):		4,0	
7- “Fiscalização Preventiva / Corretiva” (cotação - 8)	6.1- Otimizar o funcionamento da “Fiscalização Preventiva / Corretiva”, através da implementação (e revisão, se necessário) do PROC e IMP's respetivos no âmbito do QSA. (2)	1,0	ruig
	6.2- Sistematizar práticas para o seguimento das operações urbanísticas ilegais e para a aplicação das Medidas de Tutela da Legalidade Urbanística — a partir da “Ficha de Regularizações Urbanísticas”. (a cotação máxima corresponde a ≥ 20 regularizações) (6)	4,0	ruig + (telmo, bruno, virgílio, simone, mário)
TOTAL (Tema 7):		5,0	
(cotação TOTAL - 100)	TAXA de Execução (5,5 + 1,5 + 26,0 + 6,0 + 4,5 + 4,0 + 5,0):	52,5 % (em 31/03/2017)	



SAS (Setor de Águas e Saneamento):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Zeferino Ferreira (**zeferino**) + Nuno Jacinto (**nunojac**) + Daniela Ferradosa (**daniela**) + João Mesquita (**joaom**) + Mário Cancela + Andreia Amaro + Carlos Herdeiro e operários (Luís Rodrigues, Horácio Castilho, Francisco Vilares, João Paulo Pereira, Eduardo Joaquim Alves, Norberto Pousada, Carlos Simões, Jorge Correia) + cobradores (Manuel Jacob, Rui Araújo, Sandro Macedo)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > “Plano de Ação do Serviço de Águas e Saneamento (2016)” — em implementação
- > “Plano de Combate ao Desperdício nos Sistemas de AA (2016)” — em implementação
- > Seccionamento da Rede de Abastecimento de Água da Vila — suspenso

> Abastecimento de Água e Saneamento — gestão das redes (em baixa):

- > **Monitorização semanal** dos valores dos caudais e volumes de água nos reservatórios, alertando para os desvios
- > Monitorização dos pedidos/requerimentos, dos serviços e dos prazos associados — **Relatório Semanal**

> Abastecimento de Água e Saneamento — operacionalização das redes (em baixa):

- > Atendimento aos munícipes e registo na aplicação “AGU”
- > Instruções de Serviço para execução pelos canalizadores (colocação/remoção/mudança de local de contador, ramais domiciliários, reparação de anomalias, reparações na rede, etc.)
- > Informação técnica sobre os pedidos de ramal domiciliário e outros pedidos
- > Gestão operacional dos canalizadores e distribuição do serviço — **Planeamento Semanal**
- > Apoio técnico aos canalizadores

> Abastecimento de Água — Tratamento / ERSAR:

- > Gestão e manutenção dos Reservatórios de Água (controlo da qualidade da água) — **Planeamento Mensal**
- > Plano de Controlo da Qualidade da Água / Relacionamento com a ERSAR / Relacionamento com a ULS
- > Indicadores de Qualidade do Serviço (AA) – reporte à ERSAR

> Saneamento — ETAR's:

- > Gestão e manutenção das ETAR's compactas do município (controlo operacional) — **Planeamento Mensal**
- > Indicadores de Qualidade do Serviço (AR) – reporte à ERSAR
- > Relacionamento com a APA-ARHN / resultados das análises das águas residuais

> Rede de Rega da Estevainha:

- > Apoio à Associação de Regantes de Alfândega da Fé (serviço de canalizadores)

Gabinete da Qualidade, Segurança e Ambiente:

De acordo com o Programa de Auditorias, nos dias 28, 29 e 30 de março decorreu a 1.^a **auditoria de acompanhamento externa ao SGQSA** - para a **NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2007**, através de auditores externos contratados pela SGS (empresa certificadora), tendo resultado a identificação de 7 “Pedidos de Ação Corretiva” e 11 “Observações”.

Atualmente, o âmbito da Certificação da Qualidade, Segurança e Ambiente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, pela NP EN ISO 9001: 2015, OHSAS 18001:2007 e NP EN ISO 14001:2012 é a prestação de serviços de:



- **NP EN ISO 9001: 2015:** Prestação de Serviços de: Licenças Administrativas, Urbanismo (Controlo Prévio/Fiscalização), Biblioteca Municipal, Ação Social e Educação e Desporto, Cultura e Turismo, Proteção Civil, Florestas, Ambiente e Medicina Veterinária Municipal, Obras municipais e Serviço de Água e Saneamento, Apoio ao Empreendedorismo.
- **OHSAS 18001:2007:** Prestação de Serviços de: Licenças Administrativas, Urbanismo (Controlo Prévio/Fiscalização), Proteção Civil e Florestas, nos Paços do Concelho.
- **NP EN ISO 14001:2012:** As Componentes Administrativas dos Serviços de Licenças Administrativas, Urbanismo, Obras Municipais, Ambiente, Proteção Civil e Florestas e Educação e Desporto. Prestação de Serviços de Águas e Saneamento Público, Apoio ao Empreendedorismo, Ação Social, Cultura e Turismo, Biblioteca Municipal e Educação Ambiental.

Gabinete Protecção Civil:

- Em conjunto com os Bombeiros Voluntários, foi ministrada uma ação de formação sobre “manuseamento e utilização de extintores”, destinada aos funcionários do Município responsáveis pela 1ª intervenção nas medidas de autoproteção do edifício da Câmara Municipal. Também tem sido espalhado sal nas estradas do Concelho, por forma a manter as condições de segurança e prevenir a ocorrência de acidentes rodoviários;
- Procedemos à aquisição de sinais de trânsito e reforço na marcação (sinalização horizontal) das estradas do Concelho, de forma a precaver a segurança rodoviária;
- Acompanhamento à recarga dos extintores dos edifícios da Câmara Municipal;
- Acompanhamento à manutenção e inspeção do sistema automático de deteção de incêndio do edifício Paços do Concelho e da E.B.1;
- Apoio na elaboração das medidas de autoproteção e apresentação das mesmas aos funcionários do edifício da Câmara Municipal;
- No âmbito do mês da proteção civil do distrito de Bragança, e de forma a testar as medidas de autoproteção do edifício da Câmara Municipal, bem como a sua articulação com os meios de socorro externos, foi realizado no dia 24 de Março, em colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil de Bragança, um simulacro de incêndio e evacuação do edifício da Câmara Municipal;
- Demonstração de meios da proteção civil com os alunos do agrupamento, durante a semana educativa.

Biblioteca Municipal (BM):

Setor de Biblioteca



No setor de Biblioteca realizam-se as atividades de dinamização da leitura e do livro:

- Comemoração do dia mundial da poesia. Para assinalar esta data, participou na atividade o poeta popular Alfundeguense – António Manuel Couraceiro que, no decorrer da semana, brindou todos os presentes com a leitura dos seus poemas.



- Comemoração do dia internacional do livro infantil. Chamando a atenção para a importância da leitura e para o papel fundamental dos livros para a infância.



A divulgação de autores da região transmontana, bem como temáticas relacionadas com Alfândega da Fé, tem sido uma política desenvolvida pela Autarquia, apoiando autores e escritores locais. Neste âmbito, será realizada a seguinte iniciativa de divulgação de livros e incentivo à leitura:

- Organização do Encontro com o Professor/escritor João Miguel Reboredo e Apresentação do livro MANUAL DE GUITARRA. Com a presença do músico Tozé Santos - vocalista do grupo Perfume. Destinatários: Alunos da EB23S de AF e Clube de Música. A realizar no dia 28 de abril. Tendo como objetivos: promover o livro e a leitura; incentivar os alunos para a música; proporcionar aos alunos o contacto direto com escritores e autores Alfundeguenses; divulgar autores da região transmontana e conhecer a importância da música no desenvolvimento pessoal de cada um.

O livro mostra algumas formas de lecionar a iniciação à guitarra de forma concisa e elementar.

Setor de Audiovisuais

Atividades Realizadas no âmbito da dinamização da Biblioteca Municipal:

- **“Informática Júnior”** - crescer com a Internet” – Atividade destinada a alunos do pré - escolar

Atividade que visa introduzir conceitos ligados às novas tecnologias aos mais novos. Oferece às crianças, entre os 3 e os 6 anos de idade, jogos e diversão, ajudando-as também a enriquecer as suas competências básicas ao nível da motricidade (ex. manuseamento do rato), da iniciação à escrita (ex. utilização e exploração do teclado).

Setor de Educação Infantil

- **Atividades diárias:** componente de apoio à família e serviço de almoço das turmas do Jardim de Infância de AF.

- **“A aventura dos livros na Biblioteca Municipal”.**

Atividade que se destina à divulgação do livro e incentivo à leitura aos alunos do 1º Ciclo do ensino básico através da exploração de obras que fazem parte do Plano Nacional de Leitura. Exploração da obra “Leonor no jardim da Gulbenkian” de Rita Ferro Rodrigues para os alunos do 1º e 2º ano da EB1 de AF.

Objetivos gerais da ação: Desenvolver nas crianças o gosto pela leitura e pela poesia; Ler e ouvir poemas; Participar em atividades de grande grupo; Conhecer a biografia da autora; Manifestar sentimentos e ideias suscitadas pela escrita da autora; Desenvolver as destrezas para a confeção de colagens; Distinguir as texturas e possibilidades plásticas dos diferentes materiais.

- **“Hora do conto – Dinamização do livro e da leitura - Quinzenal”.**

Esta atividade destina-se às crianças do pré-escolar para incentivo precoce ao interesse pelo livro, através de atividades lúdicas e divertidas.

- Sessão de informação com a equipa de saúde escolar (Visita ao Centro de Saúde/ Tema: Saúde oral).
- Comemoração do dia mundial da poesia – encontro intergeracional com os alunos da universidade sénior.
- Atelier de culinária (visita à padaria e confeção de folar).

- Colaboração no ATL – férias da páscoa.



ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA DO MUNICIPIO:

Passamos agora, a descrever a situação financeira da autarquia em diversos aspectos importantes e fundamentais para uma boa gestão dos recursos financeiros do município:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - a 31 de março de 2017

Receita

RECEITAS	Previsão Anual	Liquidada	Recebida	Tx real
Correntes	7.093.817,20	3.822.682,05	1.643.472,00	23,17%
Capital	1.117.802,92	187.066,69	138.472,00	12,39%
Outras	100,00	324,56		
TOTAL	8.211.720,12	4.010.073,30	1.782.210,21	21,70%

Podemos verificar que o orçamento da receita apresenta um grau de execução em 31 de março de 2017 que já se cifra nos 21,70 %. A seguir este rumo a previsão da execução da receita prevê-se de 86,76% anual, prevendo-se assim que se cumpra com os 85% de execução exigida pela lei nas finanças locais.

Despesa

DESPESA	Previsão Anual	Comprometida	Paga	Tx real
Correntes	6.219.949,31	5.472.014,05	1.444.865,52	23,23
Capital	1.991.770,81	1.633.069,15	300.713,64	15,10
Total	8.211.720,12	7.105.083,20	1.745.579,16	21,26

O orçamento da despesa apresenta um grau de execução de 21,26% a 31 de março de 2017, apresentando-se assim uma previsão anual de 85,08%, o que leva a prever que se possa vir a cumprir uma execução superior ao exigido pela lei das finanças locais de 85%.

Regras orçamentais - Equilíbrio orçamental (art nº 40 da Lei nº 73/2012, de 3/9)

Nos termos do artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3/9, para o "Equilíbrio orçamental":

- 1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- 3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
- 4-Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

Orçamento Inicial:

Receita Corrente Prevista	Despesa Corrente Prevista	Amortização Média	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Variação
1	2	3	(4)=(2)+(3)	(6)=(5)-(1)
7 093 817,20 €	6 126 904,31 €	960 939,49	7 087 843,80 €	-5 973,40 €

Como se pode verificar pelo quadro supra apresentado, na elaboração dos documentos previsionais para 2017, verifica-se o cumprimento do equilíbrio orçamental, imposto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3/9, com o superavit de 5.973,40 €

Execução orçamental:

Receita Corrente Prevista	Despesa Corrente Prevista	Amortização Média	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Variação
1	2	3	(4)=(2)+(3)	(6)=(5)-(1)
7 093 817,20 €	6 219 949,31 €	960 939,49	7 180 888,80 €	87 071,60 €

Como se pode verificar pelo quadro anterior a 31 de março de 2017, não se verifica o cumprimento do equilíbrio orçamental previsto do artigo n.º 40 da lei n.º73/2013, de 3/9, apresentando-se um excesso de 87.071,60 €

Despesas com pessoal a 31 de março de 2017

Controlo efetuado pela DGAL:

ALFÂNDEGA DA FÉ			
Despesas com pessoal	Final período+ ano anterior (1)	Final período ano corrente (2)	Comparação (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	695 425,04	640 167,03	-55 258,01

Como se pode verifica pelo quando anterior as despesas com pessoal apuradas a 31 de março de 2017, apresentam um diminuição no montante de 55.258.01 € face ao período homologado do ano anterior.

Pessoal ao Serviço – evolução

	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016	31-03-2017
Pessoal Serviço *	164	160	158	150	155	133	150	144	144

Prazo médio de pagamento (PMP):

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C.

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIAL

	30-09-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016	31-03-2017
Prazo médio de pagamento - evolução	919 dias	86 dias	65 dias	100 dias	57 dias	11 dias	19 dias	3 dias	2 dias

O prazo médio de pagamento em 31 de março de 2014 é de 2 dias.



ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) o limite da dívida total para cada município em 2014, é apurado do seguinte modo:

1 - "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, **1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**".

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada do ano dos Municípios é somada a receita corrente líquida cobrada pelos respetivos Serviços Municipalizados, já que os mesmos são um serviço do Município. Por forma a não se verificar uma duplicação da receita considerada, são expurgadas do apuramento a receita corrente líquida cobrada pelo Serviço Municipalizado ao Município e a receita corrente líquida cobrada pelo Município ao Serviço Municipalizado, em cada um dos anos.

Calculo dos limites para o ano de 2017:

Receitas Correntes 2014	Receitas Correntes 2015	Receitas Correntes 2016	Total das Receitas Correntes (2014-2016)	Média (dos 3 anos)	Limite (2017) =1,5*media (dos 3 anos)
6 731 988,00	7 090 117,00	7 019 153,96	20 841 258,96	6 947 086,32	10 420 629,48

De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2013 seja inferior ao valor aqui apurado a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

b) "(...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a **20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios**".

Divida Total da Autarquia

Apuramento da Divida Total do Município em 31/03/2017 e evolução

Municípios	Limite da dívida total (RFAL)	Dívida total Excluindo dívidas não Orçamentais e FAM	Valor em Excesso	
	1	2	(3)=(2)-(1)	
01/01/2017	10 420 629,48 €	18 620 427,05 €	8 199 797,57 €	
31/03/2017	10 420 629,48 €	18 529 543,34 €	8 108 913,86 €	
		1 Redução obrigatório 10%	819 979,76	10,00
		2 Redução verificada	90 883,71	1,11
		3 Variação (1-2)	-729 096,05	



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

Evolução da devida de médio e longo prazo:

Designação	Dezembro 2012	Dezembro de 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2015	Dezembro 2016	Março 2017
Empréstimos CMAF	16.305.192,54	19.165.732,57	19.926.737,84	19.204.011,06	18 619 262,44	18 494 707,79
Locações Financeiras	00	00	00	0	0	0
Total	16.305.192,54	19.166.732,57	19.926.737,84	19.204.011,06	18 619 262,44	18 494 707,79

Como se pode verificar no quadro anterior o MLP apresenta uma redução de 124.554,65 € face a dezembro de 2016.

Evolução das dívidas de Curto Prazo e FAM:

Designação	Dezembro 2012	Dezembro de 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2015	Dezembro 2016	Março 2017
Fornecedores, c/c	2.227.818,96	482.064,20	513.646,11	304.694,07	0	26 025,81 €
Empréstimo de curto prazo	0	0	0	0	0	
Outros credores	815.004,28	770.110,25	213.138,91	478.650,86	427 692,31 €	429 638,94 €
Total	3.042.823,24	1.252.174,45	726.785,02	783.344,93	427 692,31 €	455 664,75 €

Como se pode verificar pelo quadro anterior o curto prazo aumentou face a 31/03/2016 (27.946,63 €).

De referir que está incluído neste valor o montante de € 455 664,75 referente ao FAM e operações não orçamentais, que não reflectem para a dívida total.

Pagamentos em atraso e fundos disponíveis - Pagamentos em atraso a 31 de março de 2017

	Contas a pagar	Pagamentos em atraso				Total
		Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Mais de 360 dias	
31-12-2017	- €					
2016	- €					
2015	252 106,11 €					
2014	3 378 813,17 €	1 373,52 €	49 928,04 €	2 010,87 €	14 740,37 €	68 052,80 €
2013	748 397,46 €	26 645,11 €	74 579,38 €	68 836,79 €	252 956,66 €	423 017,94 €
2012	2 666 008,10 €	37 830,39 €	512 951,97 €	312 841,48 €	702 507,40 €	1 566 131,24 €
Varição 2012-2016	- 2 583 143,94 €	- 37 830,39 €	- 512 951,97 €	- 312 841,48 €	- 702 507,40 €	- 1 566 131,24 €



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

Nos termos do artigo nº 74 da LOE 2017 e no que se refere a endividamento, temos:

1 - Até ao final do ano, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10 /prct. dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2016, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, alterada pela presente lei.

2 - O disposto no número anterior não se aplica aos municípios que se encontrem vinculados a um programa de ajustamento municipal, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. (é o nosso caso)

3 - No caso de incumprimento da obrigação prevista no presente artigo, há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

4 - O montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Código	Designação	Stock inicial do período						Total	Stock final do período						Compromissos assumidos	Pagamentos efetuados
		Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			Passivo		Contas a pagar	Pagamentos em atraso						
(1)	(2)	Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Mais de 360 dias	(7)=(3)+(4)+(5)+(6)	(8)	(9)	Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Mais de 360 dias	(14)=(10)+(11)+(12)+(13)	(15)	(16)	
CE001	Remunerações certas e permanentes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	198,45 €	198,45 €	- €	- €	- €	- €	- €	2.014.250,71 €	471.956,79 €
CE002	Alvarás variáveis ou eventuais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	6,48 €	6,48 €	- €	- €	- €	- €	- €	61.470,75 €	19.263,59 €
CE005A+CE005B + CE005C	Encargos com saúde - ADSE e outros das Adm. Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	145.000,00 €	28.800,51 €
CE009C	Contribuições para a segurança social - Caixa Geral de Aposentações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	329.000,00 €	70.276,56 €
CE010D	Contribuições para a segurança social - Seg. Social - Regime geral	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	171.853,00 €	35.173,14 €
CE011	Restante despesas com pessoal (Total CE011 menos os valores inscritos nos ítem precedentes)	1.953,12 €	1.953,12 €	- €	- €	- €	- €	350,00 €	350,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	49.737,29 €	14.689,05 €
CE02+CE02	Aquisição de Bens e serviços correntes	63.942,68 €	63.942,68 €	- €	- €	- €	- €	22.882,46 €	22.882,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	1.635.606,64 €	300.959,80 €
CE03	Juros e outros encargos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	407.220,46 €	118.233,50 €
CE04	Transferências correntes para sectores das Adm. Públicas (CE0405+CE0406+CE0408+CE0409)	8.131,00 €	8.131,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	110.050,12 €	44.780,50 €
CE047	Transferências correntes para fora das Adm. Públicas (CE047 menos o valor inscrito no ítem imediatamente anterior)	104,95 €	104,95 €	- €	- €	- €	- €	- €	51,84 €	51,84 €	- €	- €	- €	- €	455.796,59 €	129.864,18 €
CE06+CE06	Outras despesas correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	250,00 €	250,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	12.047,71 €	11.297,71 €
CE07+CE07	Aquisição de Bens e serviços de capital	2.884,18 €	2.884,18 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	943.973,71 €	141.080,23 €
CE08	Transferências de capital para sectores das Adm. Públicas (CE0803+CE0804+CE0805+CE0806)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	70.000,00 €	9.238,76 €
CE087	Transferências de capital para fora das Adm. Públicas (CE087 menos o valor inscrito no ítem imediatamente anterior)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	82.246,00 €	25.860,00 €
TOTAL		77.007,80 €	77.007,80 €	- €	- €	- €	- €	23.739,23 €	23.739,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	6.569.233,52 €	1.623.624,54 €

-A 31 de março de 2017,o município não tem pagamentos em atraso com mais de 90 dias, como se pode verificar no quadro anterior.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS – ARTIGO 49º da LOE 2017:

- Os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos co-financiados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016.

	Ano de 2015 (execução)	Ano de 2016 (execução)	Ano de 2017 (previsão)
Aquisição de bens e serviços	1 536 658,94	1 403 815,75 €	1 390 822,10 €

Município de Alfândega da Fé, 21 de abril de 2017

A Presidente da Câmara Municipal

Berta Ferreira Milheiro Nunes